

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.819 - GO (2020/0306999-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LUIZ ANTONIO DE CARVALHO
ADVOGADO : LUIZ CARLOS DE ARRUDA - GO002534
AGRAVADO : ITALY EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : MARIA DE FÁTIMA RABELO JACOMO - GO006222
LUIZ FILIPI CORDEIRO JACOMO - GO045635

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por LUIZ ANTONIO DE CARVALHO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MATÉRIAS ANTERIORMENTE APRECIADAS. REAPRECIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À OAB. AGRAVO INTERNO. PREJUDICADO.

1. Não tem conteúdo decisório a ensejar interposição de agravo de instrumento, o ato judicial que apenas determina o cumprimento do

ordenado em decisum anterior, estabilizado após o julgamento dos recursos interpostos contra este.

2. Vedada a reapreciação de matérias anteriormente debatidas.

3. Expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil para conhecimento e adoção de eventuais medidas disciplinares acerca das condutas reiteradas dos causídicos na condução do feito de origem, bem como dos reiterados recursos interpostos.

RECURSO NÃO CONHECIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 505 do CPC, por considerar a assimetria entre os acórdãos enseja a descaracterização da coisa julgada reconhecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, trazendo o seguinte argumento:

Do mesmo modo, o agravo anteriormente interposto pelo ora Recorrente (o qual, tal como a viúva trazida pelo apóstolo Lucas), vem insistentemente às portas do Judiciário para que lhe seja feita Justiça) autuado sob o n. 5336722.19 não analisou as mesmas matérias.

[...]

Assim, não há falar-se em coisa julgada de capítulos diversos apresentados ao Poder Judiciário.

Destarte, se a denominada pelo acórdão “decisão anterior” pretensamente estaria “estabilizada” pelo julgamento do recurso 4 que não trata da mesma matéria e, se o argumento é de nulidade em face da decisão que acarreta incomensurável prejuízo ao Recorrente, não há falar-se em inexistência de teor decisório no pronunciamento.

Repita-se: se o Magistrado, de qualquer grau de jurisdição, não analisou as nulidades alegadas, contém, sim, a decisão que determinou a expedição de carta de adjudicação, conteúdo decisório. Daí porque cabível o recurso de agravo de instrumento. (fls. 274-275).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 8º, do CPC, considerando o desrespeito à eficiência, tendo em vista ser dever do julgador analisar todas as nulidades arguidas nas razões recursais, nos seguintes termos:

O artigo 8º do CPC, a seu turno estabelece que, na aplicação do ordenamento jurídico, o juiz deve agir com eficiência. Destarte, o acórdão que sequer conhece de recurso que aponta nulidade absoluta, data máxima venia, afronta a referida norma.

[...]

O acórdão afastou a análise das inúmeras e importantes afrontas à legalidade, até mesmo utilizando-se da argumentação de que algumas não teriam sido previamente analisadas pelo juiz monocrático, o que acarretaria supressão de instância. (fls. 278-279).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 133 do CPC/2015 e art. 50 do CC, por entender incabível a desconsideração da personalidade jurídica sob a simples alegação de caracterização de grupo econômico, e enfatiza:

Sob o argumento de tratar-se de mera indignação quanto ao reconhecimento de grupo econômico, o acórdão novamente afasta sua análise pela pecha de existência de coisa julgada.

Afasta ainda, o acórdão, a afronta ao art. 133 do CPC com o argumento de que não estaria a norma em vigor.

Todavia, ainda que fosse possível esquivar-se dessa análise, não se poderia demover a afronta ao artigo 50 do CC. (fls. 280-281).

Quanto à quarta controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 1º e 32 da Lei n. 8.934/1994 e do Decreto n. 1.800, ao argumento de ter sido desrespeitada a publicidade que deve ser dada aos atos de registro mercantil, nos seguintes termos:

Pede vênia, o Recorrente a aprofundar a questão também no que é pertinente à impossibilidade de inclusão de bem de terceiro, que não foi objeto de hipoteca, nem sequer de penhora válida, em face da AFRONTA AOS ARTIGOS 1º E 32 DA LEI 8.934 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 E O DECRETO 1.800.

A suposta decisão do Tribunal, que entendeu presente e aplicável o conceito, aí impróprio, de mesmo grupo econômico, não foi, pelo beneficiário da mesma, ora Recorrido, registrado na Junta Comercial de Goiás.

[...]

Desta maneira, fica claro e evidente que não se deu publicidade alguma, nem garantia nenhuma da autenticidade, segurança e eficácia da sentença sobre os atos do Registro Público Comercial. Até agora, para terceiros, não há nenhum comunicado da sentença que julgou a sociedade empresária como integrante de um mesmo grupo econômico. Pende o acórdão de recurso. Não há garantia nenhuma para terceiros, fato que impede o deferimento da adjudicação e a expedição da carta.

Requer pois se digne essa Colenda Corte dar provimento ao recurso especial, cassando o acórdão para o fim de dar pela nulidade da adjudicação, com as cominações de estilo. (fls. 283-285).

Quanto à quinta controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 34, IX, da Lei n. 8.906/94, salientando que a atuação profissional obedeceu aos ditames regulares para evitar a perpetuação de nulidade absoluta, destacando:

O acórdão, ao afirmar que o Recorrente estaria a manejar “recurso absolutamente infundado”, sob o argumento de que estaria “aludindo exclusivamente questões anteriormente debatidas” determinou a expedição de ofício à OAB “para conhecimento e adoção de eventual processo administrativo acerca das condutas reiteradas pelos causídicos no presente recurso”.

A conduta do advogado se consubstancia em legítimo exercício regular do direito e mesmo de sua obrigação profissional de evitar a perpetuação de PROCESSO NULO.

[...]

Demonstrada que foi a NULIDADE ABSOLUTA que aguarda pronúncia do Poder Judiciário; demonstrada a inexistência de coisa julgada a impedir a análise judicial e, principalmente, demonstrado o prejuízo causado ao Recorrente, não há como admitir-se a imposição de sanção ao advogado que apresenta as razões de seu cliente. (fls. 285-286).

Quanto à sexta controvérsia, pela alínea "c" do permissivo

constitucional, salienta divergência jurisprudencial, alegando que a falsidade do título induz à da garantia que lhe é inerente, trazendo o seguinte argumento:

Os acórdãos paradigmas, contudo, apesar de reconhecerem que comprovada a falsidade, a consequência jurídica lógica é o afastamento da garantia que lhe é acessória. E é justamente esse o caso dos autos! (fl. 287)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No que se refere às alegadas irregularidades na outorga de garantia hipotecária e à indignação quanto ao reconhecimento do grupo econômico, igualmente, não são possíveis de rediscussão, pois, tratam-se de coisa julgada. Para melhor compreensão, confira-se a ementa do apelo nº 397761-36.2008.8.09.0006 (embargos de terceiros):

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO.

CONTRATOS VINCULADOS. TÍTULOS EXECUTIVOS. GARANTIA HIPOTECÁRIA. MANIFESTAÇÃO DE VONTADE. GRUPO ECONÔMICO. SÓCIOS IDÊNTICOS. RETARDAMENTO DO PROCEDIMENTO EXECUTÓRIO. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. PRESUNÇÃO DE CONHECIMENTO.

1 – É válida a execução alicerçada em mais de um título de crédito, principalmente quando os mesmos se mostram vinculados à dívida contraída.

2 – A qualificação das partes, com a especificação do objeto e sua finalidade na escritura pública, demonstra claramente a manifestação de vontade dos contratantes para a realização do negócio jurídico. Inteligência do artigo 112, do Código Civil.

3 – Consoante orientação do Superior Tribunal de Justiça, o fato de o executado e garantidor pertencerem ao mesmo grupo econômico, e terem eles o mesmo representante legal, bem como a demonstração da prática de atos protelatórios são circunstâncias que tornam desnecessárias a cientificação pessoal da garantidora hipotecária sobre o tramitar da relação processual, em face da atual sistemática processual, que é regida pelo princípio da instrumentalidade das formas (Resp. nº 1031037/RS – Relatora: Ministra Nancy Andrighi – Data Julgamento: 14/12/2009). APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.” (original sem grifos).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de

simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal consiste na revisão da premissa fática assentada pela Corte de origem quanto à identidade dos elementos caracterizadores da coisa julgada, o que demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, “em sede de recurso especial, não se admite o reexame dos elementos do processo a fim de se apurar a alegada afronta à coisa julgada, em face da incidência da Súmula 7/STJ”. (AgInt no AREsp 784.774/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 13/4/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp 1.814.142/PR, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 15/6/2020; EDcl no REsp 1.776.656/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 9/6/2020; AgInt no REsp 1.629.962/AM, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 25/5/2020.

Em relação à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo legal, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal. Em relação à afronta aos arts. 13 da Lei n. 10.559/2002 e 943 do Código Civil, verifica-se a ausência de demonstração precisa de como tal violação teria ocorrido, limitando-se a parte recorrente em apontá-la de forma vaga, o que impede o conhecimento do recurso especial”. (AgInt no REsp n. 1.496.338/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 27/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.826.355/RN, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 4/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp n. 1.617.627/RJ, AgInt no AREsp n. 1.617.627/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no REsp n. 1.690.449/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 5/12/2019; AgRg no AREsp n. 1.562.482/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 28/11/2019.

Quanto à terceira controvérsia, o acórdão recorrido assim decidiu:

Como também não há falar em inobservância do artigo 133 do

Código de Processo Civil de 2015 quando da apreciação do recurso de apelação interposto nos embargos de terceiro (nº 397761-36), pois como já insistentemente repetido no presente recurso, além de tratar-se de coisa julgada, o referido dispositivo sequer encontrava-se em vigor quando o julgamento foi realizado (acórdão datado de 17/09/2015). (fl. 180)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Quanto à quarta controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/álnea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois, nas razões do recurso especial, não se particularizou o parágrafo/inciso/álnea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”. (AgInt no AREsp n. 1.558.460/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma,

DJe de 11/3/2020.)

Confiram-se também os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgInt no REsp n. 1.679.614/PE, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 18/9/2017; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005.

Quanto à quinta controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Por derradeiro, diante da conduta do recorrente de manejar recurso absolutamente infundado, aludindo exclusivamente questões anteriormente debatidas, embora já advertido na parte final do agravo de instrumento nº 5336722.19.2018.8.09.0000 do dever de cooperação na resolução da demanda (art. 6º, CPC/15), bem como de que a postura adotada pelos advogados encontra-se suscetível de aplicação de medidas disciplinares, determino a expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB para conhecimento e adoção de eventual processo administrativo acerca das condutas reiteradas pelos causídicos no presente recurso, bem como nos autos originários (nº 0105186.47.1995.8.09.0006) e nos inúmeros outros recursos, a saber: Agravo de Instrumento nº 5048724-31.2017.8.09.0000; Agravo de Instrumento nº 5336722.19.2018.8.09.0000; Agravo de Instrumento nº 5278957-61.2016.8.09.0000.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt

nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Quanto à sexta controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente